

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil

Telefone 55 (81) 3414-7950
Fax 55 (81) 3414-7951
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 10 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.293	19.233	Empréstimos e financiamentos	12	19.445	18.498
Caixa restrito	7	9.358	6.810	Debêntures	13	13.942	4.732
Concessionária e permissionárias	8	16.590	18.493	Fornecedores		562	319
Concessionária e permissionárias - Partes relacionadas	8	1.057	1.269	Taxas regulamentares e setoriais	14	6.005	5.774
Ativo financeiro de concessão	9	164.887	156.697	Tributos e contribuições sociais	10	3.459	12.120
Tributos e contribuições sociais	10	1.052	196	Dividendos a pagar		15.463	-
Serviços em curso		6.368	5.477	Adiantamento de clientes		8.951	-
Outros ativos		1.661	1.568	Outras obrigações		2.447	1.157
Total do ativo circulante		224.266	209.743	Total do passivo circulante		70.274	42.600
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras		28	28	Empréstimos e financiamentos	12	141.111	160.454
Cauções e depósitos vinculados	11	3.072	3.055	Debêntures	13	88.817	100.583
Ativo financeiro de concessão	9	532.678	527.707	Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	16	60.354	89.029
Tributos e contribuições sociais	10	14.592	-	Provisão para contingências	15	975	975
Outros ativos		766	1.272	Fornecedores		250	250
Imobilizado		274	274	Adiantamento de clientes		5.112	8.872
Intangível		176	265	Outras obrigações		918	915
Total do ativo não circulante		551.586	532.601	Total do passivo não circulante		297.537	361.078
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		283.030	266.216
				Reservas de lucros		125.011	72.450
				Total do patrimônio líquido		408.041	338.666
Total do ativo		775.852	742.344	Totais do passivo e do patrimônio líquido		775.852	742.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	19	158.987	147.111
Custos de operação	20		
Custo dos serviços prestados		(10.418)	(8.957)
Custo de construção		(1.300)	(248)
Depreciação e amortização		(108)	(123)
		<u>(11.826)</u>	<u>(9.328)</u>
Lucro bruto		<u>147.161</u>	<u>137.783</u>
Despesas operacionais, líquidas	20		
Administrativas e gerais		(2.862)	(2.885)
Pessoal		(2.534)	(2.180)
Honorários da diretoria e Conselho de Administração		(2.511)	(1.903)
Taxa de Fiscalização – TFSEE		(626)	(591)
Outras receitas (despesas), líquidas		119	37
		<u>(8.414)</u>	<u>(7.522)</u>
Resultado do serviço		<u>138.747</u>	<u>130.261</u>
Resultado financeiro			
Receita financeira	21	3.925	2.747
Despesa financeira	21	(28.057)	(19.779)
		<u>(24.132)</u>	<u>(17.032)</u>
Resultado operacional		<u>114.615</u>	<u>113.229</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>114.615</u>	<u>113.229</u>
Corrente:	22		
Imposto de renda		(20.402)	(21.856)
Incentivo fiscal de imposto de renda		19.389	16.814
Contribuição social		(7.645)	(8.218)
		<u>(8.658)</u>	<u>(13.260)</u>
Diferido:	22		
Imposto de renda		46.771	(5.664)
Contribuição social		(2.649)	(2.381)
		<u>44.122</u>	<u>(8.045)</u>
Total do imposto de renda e da contribuição social	22	<u>35.464</u>	<u>(21.305)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>150.079</u>	<u>91.924</u>
Quantidade de ações ao final do exercício em milhares	17	<u>198.000</u>	<u>198.000</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações – R\$		<u>757,97</u>	<u>464,26</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Resultados abrangentes	2015	2014
Lucro líquido do exercício	150.081	91.924
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>150.081</u>	<u>91.924</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	252.625	23.555	13.591	-	115.612	-	405.383
Aumento de capital (Nota 16)	13.591	-	(13.591)	-	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGE de 31/03/2014	-	-	-	-	(5.516)	-	(5.516)
Dividendos pagos conforme AGE de 20/08/2014	-	-	-	-	(110.096)	-	(110.096)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.924	91.924
Destinação proposta à AGO (Nota 16):							
Reserva legal	-	4.596	-	-	-	(4.596)	-
Incentivo fiscal	-	-	16.814	-	-	(16.814)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(43.029)	(43.029)
Lucros remanescentes à disposição da assembleia	-	-	-	27.485	-	(27.485)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	266.216	28.151	16.814	27.485	-	-	338.666
Aumento de capital (Nota 16)	16.814	-	(16.814)	-	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGO de 24/03/2015	-	-	-	(12.022)	-	-	(12.022)
Dividendos propostos e não pagos conforme AGE de 03/12/2015	-	-	-	(15.463)	-	-	(15.463)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	150.079	150.079
Destinação proposta à AGO (Nota 16):							
Reserva legal	-	7.504	-	-	-	(7.504)	-
Incentivo fiscal	-	-	19.389	-	-	(19.389)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(53.219)	(53.219)
Lucros remanescentes à disposição da assembleia	-	-	-	69.967	-	(69.967)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	283.030	35.655	19.389	69.967	-	-	408.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	114.615	113.229
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	108	123
Variações monetárias líquidas	27.220	19.387
Baixa de ativos	-	37
Rendimentos sobre aplicação financeira	(1.032)	(654)
Constituição de provisão para contingências	-	915
	<u>140.911</u>	<u>133.037</u>
Variações patrimoniais:		
(Aumento) redução no ativo		
Concessionária e permissionárias	2.115	(4.406)
Ativo financeiro da concessão	(13.161)	(10.155)
Tributos e contribuições sociais	(15.448)	(2)
Serviço em curso	(891)	(1.631)
Outros ativos, cauções e depósitos vinculados	398	1.522
	<u>(26.987)</u>	<u>(14.672)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	243	(143)
Taxas regulamentares e setoriais	231	784
Tributos e contribuições sociais correntes	(17.319)	(2.727)
Tributos e contribuições sociais diferidos	15.447	(8.045)
Adiantamento de clientes	5.191	6.201
Outras obrigações	1.293	(2.911)
	<u>5.086</u>	<u>(6.841)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>119.010</u>	<u>111.524</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em reinvestimento	(1.516)	-
Aplicações no imobilizado	-	(1)
Aplicações no intangível	(19)	(7)
	<u>(1.535)</u>	<u>(8)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.535)</u>	<u>(8)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(65.243)	(161.277)
Emissão de debêntures	-	100.583
Amortização de principal do financiamento	(18.268)	(21.414)
Amortização de juros do financiamento	(29.904)	(14.674)
	<u>(113.415)</u>	<u>(96.782)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(113.415)</u>	<u>(96.782)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>4.060</u>	<u>14.734</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	19.233	4.499
Saldo no final do exercício	<u>23.293</u>	<u>19.233</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>4.060</u>	<u>14.734</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (Companhia ou STN) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1.103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela acionista Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, sob a supervisão e a fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III - C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, por meio da ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	159.637	IGP-M

(*) Conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918/2015 em milhares de reais.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que, ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na Nota Explicativa nº 9.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia autorizou a divulgação das demonstrações financeiras em 10 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

“Caixa e equivalentes de caixa” e “Títulos e valores monetários” são classificados em “Valor justo por meio do resultado”, enquanto “Contas a receber - Ativo financeiro” são classificadas como “Empréstimos e recebíveis”.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis são acrescidos do custo da

transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

4 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

4.1 Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

4.2 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3 Redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

4.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

4.5 Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (Receita Anual Permitida (RAP) e 1,65% (Receita de Outras receitas - 671).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (Receita Anual Permitida (RAP) e 7,6% (Outras receitas).

Imposto de renda e contribuição social:

(i) *Correntes*

O imposto de renda e a contribuição social da STN são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pelo prazo de até 31 de dezembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

(ii) *Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

4.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazos, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

4.7 Encargos regulatórios

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor Elétrico, com finalidade de prover recursos para a reversão, a expansão e a melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Encargo do setor Elétrico com a finalidade de constituir a receita do órgão regulador e cobrir o custeio de suas atividades. Seu valor anual equivale a 0,4% da RAP.

4.8 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A STN reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma:

Receita de desenvolvimento de infraestrutura

A STN, abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Correspondem à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura sendo calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

Receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

5 Pronunciamentos novos ou revisados

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

Adicionalmente, não se espera que as alterações do CPC 19/IFRS 11, do CPC 27/IAS 16, do CPC 04/IAS 38, do CPC 36/IFRS 10, do CPC 18/IAS 28, do CPC 36/IFRS 10, do CPC 45/IFRS

12, do CPC 18/IAS 28 e do CPC 26/IAS 1, e das melhorias anuais das IFRS de 2012-2014, possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	416	2.520
Aplicações financeiras	22.877	16.713
	<u>23.293</u>	<u>19.233</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração às taxas de 99% a 100% pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou saldo de R\$ 9.358 (R\$ 6.810 em 2014), referente à conta “Reserva vinculada ao financiamento com o BNB no valor de R\$ 6.304 e depósitos de reinvestimento realizados em 2010 (R\$ 1.392) e 2011 (R\$ 1.662)”.

8 Concessionárias e permissionárias

	2015	2014
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	1.016	820
Encargos de uso da transmissão a faturar (*)	16.631	18.134
Parcela de ajuste a receber	-	808
	<u>17.647</u>	<u>19.762</u>
Outras concessionárias e permissionárias	16.590	18.493
Partes relacionadas	1.057	1.269
	<u>17.647</u>	<u>19.762</u>

(*) Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas, vencíveis nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

9 Ativo financeiro de concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

	2015	2014
Movimentação		
Saldo inicial	684.404	674.249
Receita de concessão de transmissão	17.156	16.699
Receita de infraestrutura	1.300	248
Remuneração do ativo financeiro	151.076	140.007
Realização do ativo financeiro (recebimento)	<u>(156.371)</u>	<u>(146.799)</u>
	<u>697.565</u>	<u>684.404</u>
Circulante	164.887	156.697
Não circulante	<u>532.678</u>	<u>527.707</u>
	<u>697.565</u>	<u>684.404</u>

Os ativos financeiros de concessão incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação, melhoria e reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

10 Tributos e contribuições sociais

Por força de determinações legais, a Companhia sofreu retenções e realizou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais estão assim constituídos:

	2015	2014
Ativo circulante		
IRPJ a compensar	351	-
CSLL a compensar	505	-
ICMS, COFINS e PIS a compensar	86	86
IRRF a compensar	97	97
Arrecadado	12	12
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>
	1.052	196
Ativo não circulante		
IRPJ a compensar	5.995	-
CSLL a compensar	<u>8.597</u>	<u>-</u>
	<u>14.592</u>	<u>-</u>
	<u>15.644</u>	<u>196</u>

11 Cauções e depósitos vinculados

No exercício de 2007, a Companhia efetuou um depósito judicial na Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 3.000, nos autos do Processo nº 2005.81.000177641, da 10ª Vara - CE. Objetivando o levantamento da importância depositada, a Companhia apresentou recurso perante o STJ (Recurso Especial nº 970393 - CE). Com base no parecer dos assessores jurídicos, a Companhia não prevê registrar perda decorrente desse processo.

12 Empréstimos e financiamentos

	2015	2014
Moeda nacional		
Banco do Nordeste do Brasil S.A.		
Principal	160.454	178.839
Encargos	102	113
	160.556	178.952
Circulante	19.445	18.498
Não circulante	141.111	160.454
	160.556	178.952

Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 299.995, obtido com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE/PROINFRA, a ser pago em 216 prestações mensais, com vencimento da primeira parcela em julho de 2006 e da última em junho de 2024, restando, portanto, em 31 de dezembro de 2015, 102 prestações a serem pagas (Em 2014, restando 114 prestações a serem pagas). Os encargos financeiros foram determinados pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2009, o qual estabeleceu a taxa de 10% a.a. Sobre os encargos financeiros, estão sendo aplicados bônus de adimplência, previstos contratualmente.

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 005/2004 - ANEEL, celebrado entre a STN e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com o BNB e registrado sob o nº 2951946, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP e sob o nº 289003, no 2º Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas de Recife - PE.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão representados a seguir:

Vencimento por exercício	2015	2014
2016	-	19.343
2017	20.353	20.353
2018	21.416	21.416
2019	22.534	22.534
2020	23.712	23.712
Após 2020	<u>53.096</u>	<u>53.096</u>
Não circulante	<u>141.111</u>	<u>160.454</u>

13 Debêntures

	2015	2014
Moeda Nacional		
Banco Itaú Unibanco S.A. (i)		
Principal	100.583	100.467
Encargos	<u>2.176</u>	<u>4.848</u>
	<u>102.759</u>	<u>105.315</u>
Circulante	13.942	4.732
Não circulante	<u>88.817</u>	<u>100.583</u>
	<u>102.759</u>	<u>105.315</u>

Debêntures 1ª emissão: Em agosto de 2014, a STN emitiu 10.100 debêntures através do Banco Itaú no valor total de R\$ 10.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de seis anos, que serão amortizadas em parcelas trimestrais e consecutivas, à taxa de juros de 109,75% da CDI, com vencimento final em agosto de 2020. Não há cláusula de conversibilidade em ações e não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinadas obrigações conforme cláusula 4.13 e alíneas i, ii, iii, iv, v, vi, vii, viii, ix e x, da escritura da 1ª emissão.

Na data base 31 de dezembro de 2015 a Companhia cumpriu com todas as condições restritivas acima referidas.

A captação através de emissão de debêntures tem como finalidade o pagamento de dividendos a acionistas, a liquidação de empréstimos e outras necessidades de caixa.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Os vencimentos anuais das debêntures em longo prazo são como segue:

Vencimento por exercício	2015	2014
2016	-	12.066
2017	23.649	23.649
2018	23.649	23.649
2019	23.396	23.396
2020	17.823	17.823
	88.817	100.583
Não circulante	88.817	100.583

14 Taxas regulamentares e setoriais

		2015	2014
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	(a)	299	368
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(b)	5.270	5.006
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(c)	436	400
		6.005	5.774
		6.005	5.774

- (a) Encargo do setor Elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual da concessionária.
- (b) Programas de investimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de serviço público de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
- (c) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

15 Provisão para contingências

A provisão para contingências refere-se, exclusivamente, às ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia, perfazendo, em 31 de dezembro de 2015, a provisão no montante de R\$ 975 (R\$ 975 em 2014).

Adicionalmente, a Companhia possuía em andamento alguns processos judiciais/administrativos de natureza tributária em 31 de dezembro de 2015 que totalizavam, aproximadamente, R\$ 2.573 (R\$ 3.807 em 2014), os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionados.

Dentre esses processos, encontram-se em andamento processos administrativos movidos pela Receita Federal, relativos à compensação supostamente indevida de débitos de PIS, COFINS e IRPJ.

O valor dessas contingências está estimado em R\$ 1.273 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.549 em 2014). A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende

que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

16 Tributos e contribuições sociais a recolher e diferidos

	2015	2014
Passivo circulante		
PIS	236	64
COFINS	1.136	339
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	2.135	6.695
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	(168)	4.075
Outros	120	947
	3.459	12.120
Passivo não circulante		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferido	25.037	23.566
Imposto de Renda Pessoa Jurídica Diferido	35.317	65.463
	60.354	89.029

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

	31/12/2014	Reconhecido no resultado	31/12/2015
Ativo fiscal diferido			
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	-	(15.448)	(15.448)
subtotal	-	(15.448)	(15.448)
Passivo fiscal diferido			
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II INº1515/14	-	60.354	60.354
Subtotal	-	60.354	60.354
IRPJ e CSLL diferidos, líquidos	-	44.906	44.906

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 283.030 e R\$ 266.216, respectivamente, representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram incorporados ao capital social as importâncias de R\$ 16.814 e R\$ 13.591, respectivamente, referentes às parcelas de “Reserva de lucros - Incentivos fiscais”, apuradas nos exercícios de 2014 e

2013, conforme aprovado em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datadas de 24 de março de 2015 e 31 de março de 2014, respectivamente.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	Integralizadas	% do capital
Alupar Investimento S.A.	100.980.000	51
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	97.020.000	49
	198.000.000	100

b. Reserva de lucros

- (i) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) **Reserva de incentivos fiscais:** A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste e que atuam no setor de Infraestrutura reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

A Companhia apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 19.389 (R\$ 16.814 em 2014) relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no lucro da exploração, aplicando-se a redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

c. Lucros retidos

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e ao CPC 07 Subvenções e Assistências Governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado foi contabilizado no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para as “Reserva de lucros - Incentivos fiscais, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no art. 545 do Regulamento de Imposto de Renda. Os lucros retidos permanecerão à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas para futura destinação.

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	150.079	91.924
(-) Reserva legal	(7.504)	(4.596)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(19.389)	(16.814)
Base de cálculo	123.186	70.514
Dividendos:		
Intermediários pagos	53.219	43.029
Adicional proposto submetido à Assembleia	69.967	27.485
	123.186	70.514
Percentual de dividendos propostos e efetivamente pagos	100%	100%

18 Partes relacionadas

A tabela, a seguir, apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

Saldos e transações	2015	2014
Ativo:		
Concessionárias e permissionárias (a)	1.057	1.269
Passivo:		
Fornecedores: Chesf (b)	273	263
Resultado:		
Custo das operações - Serviços de terceiros: Chesf (b)	3.231	2.840

- (a) Saldo de faturas a receber da acionista Chesf, referente ao serviço de transmissão de energia.
- (b) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção (O&M) firmado com a acionista Chesf, o qual obteve a devida anuência da ANEEL, além dos Contratos de Compartilhamento do imobilizado.

Companhia controladora

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. com 51% de participação.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- Alupar Investimento S.A.: sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que tem por objeto social o desenvolvimento e o investimento em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de Energia no Brasil e nos demais países da América Latina.
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.: concessionária de serviço público de energia elétrica, sociedade de economia mista de capital aberto, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

No exercício de 2015, as despesas com honorários da Administração da Companhia totalizaram R\$ 2.511 (R\$ 1.903 em 2014).

19 Receita operacional líquida

	2015	2014
Receita operacional bruta		
Receita de concessão de transmissão	17.156	16.699
Receita de infraestrutura	1.300	248
Remuneração dos ativos de concessão	151.076	140.007
Receita de Custeio de O&M	1.051	619
	<u>170.583</u>	<u>157.573</u>
Deduções		
PIS	(1.109)	(957)
COFINS	(5.117)	(4.423)
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	(3.912)	(3.694)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(1.458)	(1.388)
	<u>(11.596)</u>	<u>(10.462)</u>
Receita operacional líquida	<u>158.987</u>	<u>147.111</u>

20 Custos de operação e despesas operacionais, líquidas

	2015	2014
Custos da transmissão de energia elétrica	(11.826)	(9.328)
Despesas operacionais líquidas	<u>(8.414)</u>	<u>(7.522)</u>
	<u>(20.240)</u>	<u>(16.850)</u>
Pessoal	(9.512)	(8.003)
Custos de construção	(1.300)	(248)
Depreciação e amortização	(108)	(123)
Despesas com manutenção	(4.101)	(3.351)
Serviços administrativos	(1.830)	(1.777)
Serviços diversos	(134)	(48)
Honorários advocatícios	(546)	(475)
Aluguéis	(560)	(488)
Material de expediente	(375)	(223)
Viagens	(367)	(424)
Taxas e anuidades	(1.552)	(1.766)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>145</u>	<u>76</u>
	<u>(20.240)</u>	<u>(16.850)</u>

21 Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.980	1.978
Outros	<u>(55)</u>	<u>769</u>
	<u>3.925</u>	<u>2.747</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(13.174)	(14.645)
Encargos sobre debêntures	(14.046)	(4.848)
Outros	<u>(837)</u>	<u>(286)</u>
	<u>(28.057)</u>	<u>(19.779)</u>
Resultado financeiro	<u>(24.132)</u>	<u>(17.032)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e de contribuição social debitadas em resultado em 2015 e 2014 pode ser demonstrada como segue:

	31/12/15	31/12/14
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	114.617	113.229
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	38.970	38.498
(-) Exclusão de “AVP” - Art. 84 da IN nº 1515, de novembro 2014 (b)	(30.900)	-
Contas a receber de órgãos públicos não realizadas	5.337	(445)
Despesas e provisões indedutíveis	1.718	63
Outras	(3.644)	4
	11.481	38.119
Constituição de passivo tributário diferido (a)	44.122	-
Incentivo fiscal	(19.389)	(16.814)
Lei Rouanet/Esporte/FIA	(750)	-
	35.464	(21.305)
Taxa efetiva	30,94%	18,82%

(a) Ajustes dos tributos diferidos constituídos em exercícios anteriores, conforme Art. 69 da lei 12.973

(b) Base para cálculo do IRPJ e CSLL diferido do exercício

23 Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, concessionárias e permissionárias, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo.

O valor justo dos ativos e dos passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

b. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e a disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participar de negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

A Companhia, por força dos contratos mantidos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), está sujeita à regulação da prestação de seus serviços vinculados à rede básica. Assim, todos os saldos de contas a receber são definidos e acompanhados pelo órgão regulador.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A Companhia não apresenta um histórico de perdas relevante, uma vez que todas as transações comerciais são intermediadas pelo ONS.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de Energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia

24 Cobertura de seguros

Os principais ativos da Companhia, representado por 3 (três) subestações, Teresina II, Sobral III e Fortaleza II, foram segurados em 16 de março de 2015, por apólice com vigência até 15 de março de 2016, no montante de R\$ 39.769, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval até fumaças, tumultos, greves e *lock-out*, roubo e lucros cessantes. O prêmio anual pago montou a R\$ 60. Os riscos cobertos podem ser resumidos como segue:

	2015
SE - Teresina II	14.163
SE - Sobral II	14.163
SE - Fortaleza II	8.093
Estoque	<u>3.350</u>
Total	<u>39.769</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

25 Benefícios a empregados

A Companhia e as suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam, basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida, sem influência significativa no resultado da Companhia.